



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 06.08.2015

Aos 06 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003757-44.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Alcides Otto Flinkerbusch, pelo Juiz Substituto Vinícius Daniel Petry, pelo Diretor de Secretaria Leandro Ribeiro Rucks e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 02.01.1946

**Data da última correição realizada:** 13.08.2014

**Data de Instalação do PJe:** 23.09.2013

**Jurisdição:** Porto Alegre

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2014 a 06.08.2015

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juiz	Situação	Período
Alcides Otto Flinkerbusch	<b>Juiz Titular</b>	Desde 30.06.2014
Vinícius Daniel Petry*	<b>Juiz Substituto</b>	Desde 10.03.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 28.07.2015)

\* O Juiz encontra-se em período de férias (03.08 a 01.09.2015).

##### 2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 3ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 01 Juiz Substituto.



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Rosemarie Teixeira Siegmann	27.11.2007 a 02.06.2014	Juíza Titular	6 anos, 6 meses e 6 dias
2	<b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>	<b>Juiz Titular desde 30.06.2014</b>		
3	Aline Doral Stefani Fagundes	05.12.2012 a 09.03.2014	Juíza Substituta Lotada	1 ano, 3 meses e 5 dias
4	<b>Vinicius Daniel Petry</b>	<b>Juiz Substituto lotado desde 10.03.2014</b>		
5	Patrícia Zeilmann Costa	28.03 a 09.04.2014	Atuação em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	31 dias
6	Márcia Padula Mucenic	10 a 15.04.2014 22.04 a 11.06.2014	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado encontrar-se no exercício da titularidade	1 mês e 25 dias
7	Alessandra Casaril	12 a 29.06.2014	Atuação em razão do Juiz Substituto lotado encontrar-se no exercício da titularidade	18 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 28.07.2015)

### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e do Juiz Substituto Lotado durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Titulares</b>	Rosemarie Teixeira Siegmann	Férias	07.01 a 05.02.2014	114 dias
		Desconvocada para proferir sentenças de seu resíduo	10 a 26.03.2014 26.04 a 02.06.2014	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27.03 a 25.04.2014	
	Alcides Otto Flinkerbusch	Férias	07.01 a 25.01.2015	25 dias
<b>Substituto lotado</b>	Vinicius Daniel Petry	Férias	08.09 a 07.10.2014 03.02 a 04.03.2015 03 a 06.08.2015*	65 dias
		Desconvocado para proferir sentenças de seu resíduo	19.11.2014	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 28.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

\* O Juiz encontra-se em férias de 03.08 a 01.09.2015, porém a fração excedente à data da visita correcional foi desconsiderada, uma vez que não é válida para a contagem de afastamento após 06.08.2015, marco temporal deste relatório.

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Leandro Ribeiro Rucks	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	05.12.2007
2	Cristiano Fraga	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	11.07.2014
-	Roberta Ludwig Ribeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	01.07.2014
3	César Henrique de Brito	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	10.12.2007
4	Vilmar Junior de Castro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	05.05.1994
5	Bruna Canavezi de Oliveira <i>(em férias)</i>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	30.04.2007
6	José Amadeu Nascimento	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>05.02.2001</b>
7	Eduardo Ribeiro Montano	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>08.01.2007</b>
8	Caroline Selvero dos Santos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>14.07.2011</b>
9	Emerson Silveira Nunes <i>(em férias)</i>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>22.05.2013</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

10	Paulo Ricardo Correa	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>16.07.2013</b>
11	Renata Covalski Geraldo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>13.11.2013</b>
12	Lúcia Helena Martins da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>18.11.2013</b>
13	Rafael Calegari	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	<b>03.02.2014</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.07.2015)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.530 processos	1.501 a 2.000	<b>13 servidores</b>	13 a 14 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Bruna Canavezi de Oliveira</b>	-	-	-
<b>Caroline Selvero dos Santos</b>	Dispensa Médica	3	<b>185</b>
	Licença Gestante	120	
	Prorrogação Licença Gestante	60	
	Doença em Pessoa da Família	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>César Henrique de Brito</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	<b>3</b>
<b>Cristiano Fraga*</b> (desde 11.07.2014)	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Eduardo Ribeiro Montano</b>	Falecimento Pessoa da Família	16	<b>16</b>
<b>Emerson Silveira Nunes</b>	Curso ou Evento	2	<b>4</b>
	Trabalho nas Eleições	2	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>José Amadeu Nascimento</b>	Curso ou Evento	5	<b>18</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	13	
<b>Leandro Ribeiro Rucks</b>	Curso ou Evento	3	<b>3</b>
<b>Lúcia Helena Martins da Silva</b>	Curso ou Evento	5	<b>6</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Paulo Ricardo Correa</b>	Doença em Pessoa da Família	2	<b>2</b>
<b>Rafael Calegari*</b> (desde 03.02.2014)	Casamento	8	<b>10</b>
	Curso ou Evento	2	
<b>Renata Covalski Geraldo</b>	Curso ou Evento	3	<b>12</b>
	Doença em Pessoa da Família	4	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	2	
	Trabalho nas Eleições	2	
<b>Roberta Ludwig Ribeiro*</b> (desde 01.07.2014)	-	-	-
<b>Vilmar Junior de Castro</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	<b>2</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.07.2015)

\* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Conceição Regiane Silva Franca	16.12.1999	<b>06.01.2014</b>	14 anos e 21 dias	Aposentadoria
2	Rafael Fidelis de Barros*	05.12.2012	<b>09.03.2014</b>	1 ano, 3 meses e 5 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Gravataí – <b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>
3	Mara Rejane Weber	01.10.2013	<b>04.05.2014</b>	7 meses e 4 dias	Licença para o Desempenho de Mandado Classista



4	Ângela Portela de Melo*	14.05.2012	01.06.2014	2 anos e 18 dias	Lotação na 4ª Vara do Trabalho de Taquara - Assistente de Juiz Titular (FC05)
---	-------------------------	------------	------------	------------------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.07.2015)

\* Os servidores já ocupavam função comissionada de Assistente de Juiz Titular / Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	Arthur Keskinof Zanflice	Superior em Direito	09.02.2015 a 08.08.2015
2	Alex Junior Espírito Santo Barcelos	Superior em Direito	01.10.2013 a 30.09.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.07.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titulares	Rosemarie Teixeira Siegmann	-	-	-	-
	Alcides Otto Flinkerbusch	-	-	23	23
Substitutos lotados	Aline Doral Stefani Fagundes	-	-	134	134
	Vinicius Daniel Petry	-	-	96	96

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Bruna Canavezi de Oliveira	-	-	-	-
Caroline Selvero dos Santos	-	-	34	34
César Henrique de Brito	-	4	-	4
Cristiano Fraga	-	8	24,5	32,5
Eduardo Ribeiro Montano	-	-	-	-
Emerson Silveira Nunes	-	-	16	16



<b>José Amadeu Nascimento</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Leandro Ribeiro Rucks*</b>	-	4	33	<b>37</b>
<b>Lúcia Helena Martins da Silva</b>	-	28	158,5	<b>186,5</b>
<b>Paulo Ricardo Correa</b>	-	-	-	-
<b>Rafael Calegari</b>	-	20	20	<b>40</b>
<b>Renata Covalski Geraldo</b>	30	20	266	<b>316</b>
<b>Roberta Ludwig Ribeiro</b>	-	-	98,5	<b>98,5</b>
<b>Vilmar Junior de Castro</b>	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	2.584	2.817	9,02%	2.768	-1,74%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	190	267	40,53%	330	23,60%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.585	1.771	11,74%	1.880	6,15%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	90	72	-20,00%	104	44,44%
<b>Total</b>	<b>4.449</b>	<b>4.927</b>	<b>10,74%</b>	<b>5.082</b>	<b>3,15%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

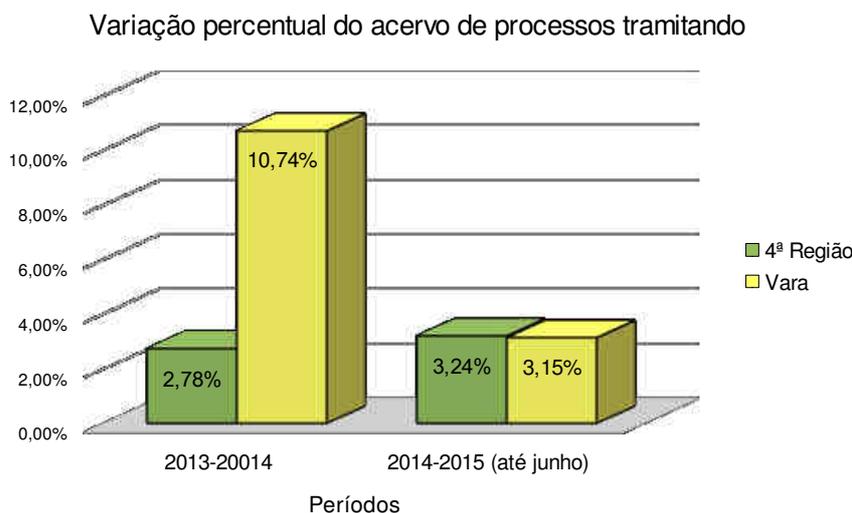
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 10,74% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 233 processos); por sua vez, o acervo de cartas precatórias foi o único que registrou queda (18 processos, o que importa em um decréscimo de 20%) no período sob análise.



A variação do acervo de processos na 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a junho de 2015 o estoque de processos tramitando avançou 3,15%, índice similar à média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.06)	Varição 2014-2015
<b>Casos novos</b>	1.512	1.595	5,49%	841	-47,27%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	15	27	80,00%	9	-66,67%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	1.791	1.480	-17,36%	841	-43,18%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>1.179</b>	<b>1.252</b>	<b>6,19%</b>	<b>1.270</b>	<b>1,44%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

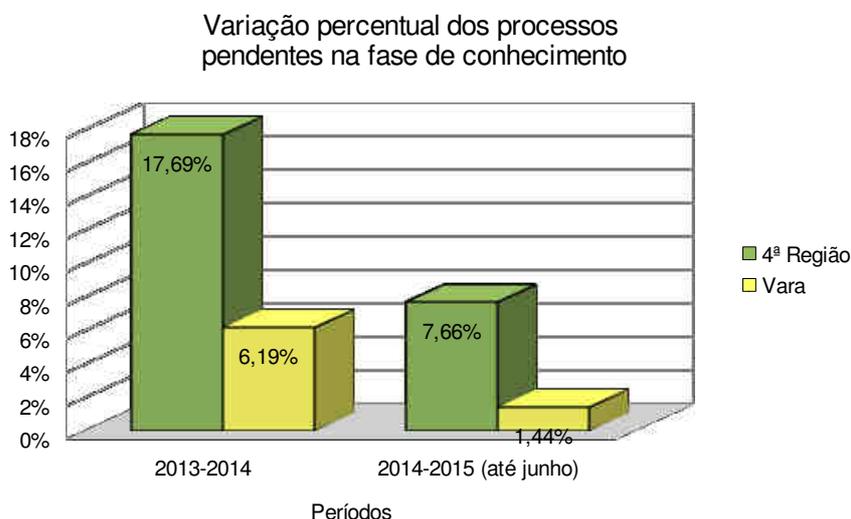
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 6,19% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.179 para 1.252 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi a queda de 17,36% na média mensal de processos solucionados (a qual passou de 149,25 processos, em 2013, para 123,33 processos, em 2014), combinada com um avanço de 5,49% no número de processos ajuizados na comparação com o ano de 2013.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2015 apontam aumento de 1,44% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é inferior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (53,59%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 30.12.2013 a 30.12.2014, houve aumento de 132% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, e novo aumento de 37,07% em 30.06.2015. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	298	331	11,07%	226	-31,72%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	725	671	-7,45%	760	13,26%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	106	134	26,42%	125	-6,72%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	50	116	132,00%	159	37,07%
<b>TOTAL</b>	<b>1.179</b>	<b>1.252</b>	<b>6,19%</b>	<b>1.270</b>	<b>1,44%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)



### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Porto Alegre – 3ª Vara</b>	44,00%	47,16%	7,19%	59,99%	27,20%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	61,09%	37,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número de processos solucionados} / (\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos})]$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 47,16% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 7,19% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 2,83 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	629	35,12	599	40,47	337	40,07
	<b>Julgado procedente</b>	37	2,07	25	1,69	22	2,62
	<b>Julgado procedente em parte</b>	702	39,2	481	32,5	261	31,03
	<b>Julgado improcedente</b>	194	10,83	107	7,23	51	6,06
	<b>Extinto</b>	13	0,73	8	0,54	12	1,43
	<b>Outras decisões</b>	1	0,06	0	0	0	0
Sem exame de mérito	<b>Extinto</b>	29	1,62	34	2,3	42	4,99
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	120	6,7	178	12,03	93	11,06
	<b>Desistência</b>	32	1,79	21	1,42	23	2,73
	<b>Outras decisões</b>	34	1,9	27	1,82	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>1.791</b>	<b>100</b>	<b>1.480</b>	<b>100</b>	<b>841</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

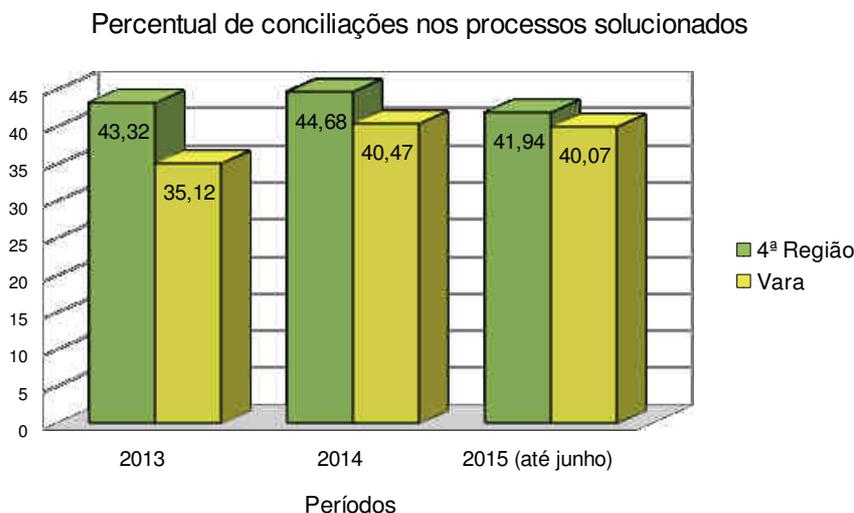
Verificou-se diminuição de 311 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 17,36%. Esse índice se mostra inferior à média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 947 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número recuou para 621 decisões, representando uma redução de 34,42%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi bastante inferior ao do TRT4 que registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra queda do número processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 629, representando 35,12% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações caiu para 599, correspondendo a 40,47% das soluções na fase de conhecimento. Apesar do aumento do percentual de conciliações na fase de conhecimento (decorrente exclusivamente da redução geral do número de soluções nessa fase), o índice da Unidade permaneceu inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados na Unidade Judiciária mediante acordo na fase de conhecimento foi de 40,07%, resultado abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.





### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	413	478	13,28%	256	-46,44%
<b>Encerradas</b>	376	395	13,68%	186	-52,91%
<b>Pendentes</b>	<b>181</b>	<b>261</b>	<b>44,20%</b>	<b>319</b>	<b>22,22%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	2	5	150,00%	5	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 181, em 2013, para 261, em 2014, importando em uma elevação de 44,20%. Esse percentual foi bastante superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

O principal motivo dessa elevação foi o aumento de 13,28% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em 2014 superou em 21,01% o número de liquidações encerradas no respectivo período, pior desempenho do que o verificado em 2013, quando essa diferença havia alcançado 9,84%.

No primeiro semestre de 2015, houve novo avanço de 58 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a um aumento de 22,22%, índice que destoa da média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 0,44%.

#### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Porto Alegre – 3ª Vara</b>	38,63%	41,80%	8,20%	64,02%	53,17%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	58,84%	33,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 41,80% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 8,20% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, no entanto, o índice da Unidade foi inferior em 2,36 pontos percentuais.



### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	468	554	18,38%	257	-53,61%
	Desarquivadas para prosseguimento	43	909	2013,95%	135	-85,15%
Saídas	Encerradas	529	425	-19,66%	222	-47,76%
	Arquivadas Provisoriamente	183	77	-57,92%	33	-57,14%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	56	7	-87,50%	12	71,43%
	Demais	888	1.127	26,91%	1.228	8,96%
	<b>Total</b>	<b>944</b>	<b>1.134</b>	<b>20,13%</b>	<b>1.240</b>	<b>9,35%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		<b>1.864</b>	<b>1.015</b>	<b>-45,55%</b>	<b>898</b>	<b>-11,53%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre subiu de 944 para 1.134 processos, o que corresponde a uma elevação de 20,13% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi a queda de 19,66% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma elevação de 18,38% no número de execuções iniciadas na comparação entre esses dois períodos.

Outrossim, os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2015 apontam aumento de 9,35% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

#### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Porto Alegre – 3ª Vara	65,45%	71,63%	9,44%	84,04%	17,33%
Média no TRT4 - 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	83,77%	18,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 71,63% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 9,44% em relação ao índice do ano anterior. Além disso, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior em 0,82 ponto percentual.



Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Porto Alegre – 3ª Vara</b>	84,71%	87,36%	3,13%	90,77%	3,91%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	90,64%	6,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre na fase de execução, a qual passa a corresponder a 87,36% - índice 3,13% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 2,45 pontos percentuais maior, o que denota efetividade na execução inferior à média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	184	73	-60,33%	151	106,85%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	172	124	-27,91%	30	-75,81%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	1.711	1.657	-3,16%	1.762	6,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **09 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:



1	0013700-86.2009.5.04.0003
<b>Situação processual:</b> Em foi proferida sentença que extinguiu a execução e determinou a devolução de documentos e o arquivamento definitivo dos autos. Em 28.05.2015, foi lançado no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”, mesma data em que os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 12.09.2011, a reclamada <i>Cooperativa Gaúcha de Serviços Gerais Ltda.</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	0024900-66.2004.5.04.0003, 0003900-68.2008.5.04.0003, 0045600-92.2006.5.04.0003
<b>Reclamatórias com situação processual análoga à de nº 0013700-86.2009.5.04.0003.</b>	
3	0110000-09.1992.5.04.0003
<b>Situação processual:</b> Em 18.05.2012, foi proferida sentença extinguindo a execução e determinando a devolução de documentos às partes e o arquivamento definitivo dos autos. Em 02.07.2012, foi lançado no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e, em 16.07.2012, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 13.01.2012, as reclamadas <i>Têxtil Camburzano S.A. - E.P.P</i> e <i>Villa D'Este Comércio, Representações, Importação e Exportação S/A</i> tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 02.07.2012, somente foi registrada a quitação do débito em relação à primeira reclamada.	
4	0000356-04.2010.5.04.0003, 0007000-94.2009.5.04.0003
<b>Reclamatórias com situação processual análoga à de nº 0110000-09.1992.5.04.0003.</b>	
5	0126500-96.2005.5.04.0003
<b>Situação processual:</b> Em 24.06.2008, foi suspensa a execução porque a cota previdenciária patronal estava <i>sub judice</i> em face de liminar concedida ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Em 28.11.2013, foi encerrada a suspensão do processo em face do trânsito em julgado da ação que reconheceu a imunidade tributária ao reclamado. Nessa data foi proferido despacho declarando extinta a execução, determinando a liberação da penhora, a devolução de documentos às partes e arquivamento definitivo do processo, sem registro de débitos. Em 17.11.2014, os autos foram arquivados definitivamente. <b>Histórico BNDT:</b> Em 14.09.2011, o reclamado <i>Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.</i> foi inserido no BNDT com a informação “exigibilidade do crédito suspensa”.	
6	0014200-89.2008.5.04.0003
<b>Reclamatórias com situação processual análoga à de nº 0126500-96.2005.5.04.0003.</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.07.2015)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.



### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	437	354	66	313	320	61	120	157	52
<b>Antecipações de tutela</b>	98	64	51	174	214	44	70	115	32
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	66	55	37	54	55	33	15	23	24
<b>Embargos à execução</b>	164	102	105	135	130	101	97	91	112
<b>Embargos à arrematação</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	1	0	3	3	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	6	4	8	13	8	13	5	4	13

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 693 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 10,23% em relação ao ano anterior. Todavia, o número de incidentes processuais julgados aumentou 25,82% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 581 para 731). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 253, saldo 5,60% menor do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que, em 30.06.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 234, saldo 7,51% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>0122300-95.1995.5.04.0003</b>
<b>Situação processual:</b> Em 25.10.2013, a reclamada apresentou embargos de declaração. Em 30.10.2013, foi proferido despacho que rejeitou os embargos. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado os andamentos de conclusão e de registro da decisão, de forma que o incidente processual permanece pendente junto ao sistema e-Gestão até a presente data.	
<b>2</b>	<b>0000107-82.2012.5.04.0003</b>
<b>Situação processual:</b> Em 14.01.2014, as partes foram intimadas para apresentar cálculos de liquidação de sentença. Em 12.03.2014, a reclamada apresentou cálculos, dos quais o reclamante foi intimado para vista em 18.03.2014. Em 21.03.2014, foi lançado no sistema informatizado a apresentação de impugnação à sentença de liquidação por parte do reclamante. Em 20.06.2014, foi proferido despacho determinando que a reclamada se manifestasse sobre a impugnação aos cálculos apresentada pelo reclamante e em 28.07.2014, em face do silêncio da reclamada, foi determinada que a elaboração da conta fosse apresentada por contador nomeado. Em 05.12.2014, foi proferida sentença homologatória dos cálculos de liquidação. Até a presente data, não há lançamento de conclusão dos autos para julgamento do incidente processual apresentado pelo reclamante.	
<b>3</b>	<b>0001495-54.2011.5.04.0003</b>
<b>Reclamatória com situação processual análoga à de nº 0000107-82.2012.5.04.0003</b>	



4

0102900-12.2006.5.04.0003

**Situação processual:** Em 25.06.2012, foram lançados no sistema informatizado duas petições de **embargos à execução/penhora** da reclamada (há só uma empresa no polo passivo). Em 23.08.2012, no entanto, os autos foram conclusos para julgamento de **embargos à adjudicação**. Finalmente, em 24.09.2012, foi lançado no sistema informatizado andamento de decisão de **embargos à adjudicação**. No entanto, consultando o inteiro teor da decisão publicada no sítio do TRT4 na *internet*, constata-se que a decisão proferida refere-se aos embargos à execução apresentados pela reclamada. Dessa forma, os dois incidentes apresentados permanecem pendentes de decisão junto ao sistema e-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.07.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

<b>Prazos médios (em dias)</b>						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	95,84	100,56	4,93%	114,93	14,28%
	<b>Ordinário</b>	403,97	313,47	-22,40%	384,72	22,73%
	<b>Total</b>	<b>372,02</b>	<b>293,03</b>	<b>-21,23%</b>	<b>356,34</b>	<b>21,61%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

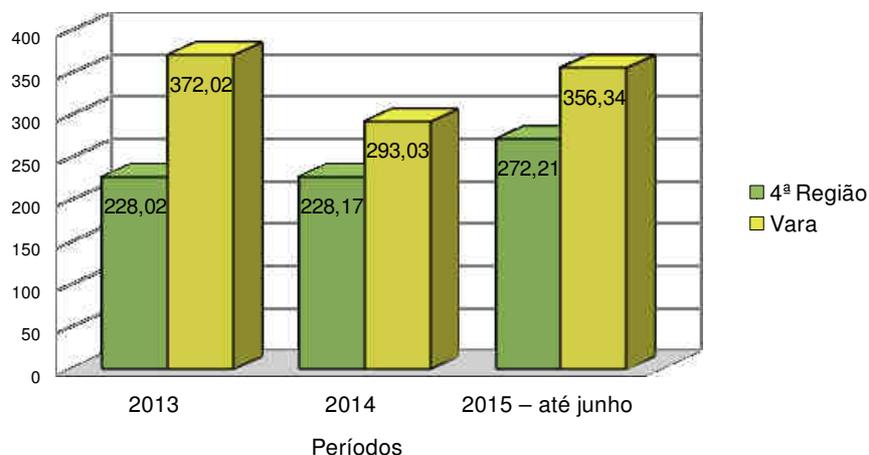
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 100,56 dias, correspondendo a um avanço de 4,93% em relação à média do ano anterior. Outrossim, no primeiro semestre de 2015, o prazo nesse rito foi 14,28% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 313,47 dias, média 22,40% inferior na comparação com 2013. Em 2015, porém, o prazo médio avançou 22,73% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 28,42% (64,86 dias) mais moroso que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, situação que se agravou em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 30,91% (84,13 dias) maior que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	79,00	107,50	36,07%	134,00	24,65%
	Ordinário	155,35	152,18	-2,04%	196,18	28,91%
	<b>Total</b>	<b>148,43</b>	<b>150,50</b>	<b>1,39%</b>	<b>194,02</b>	<b>28,92%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

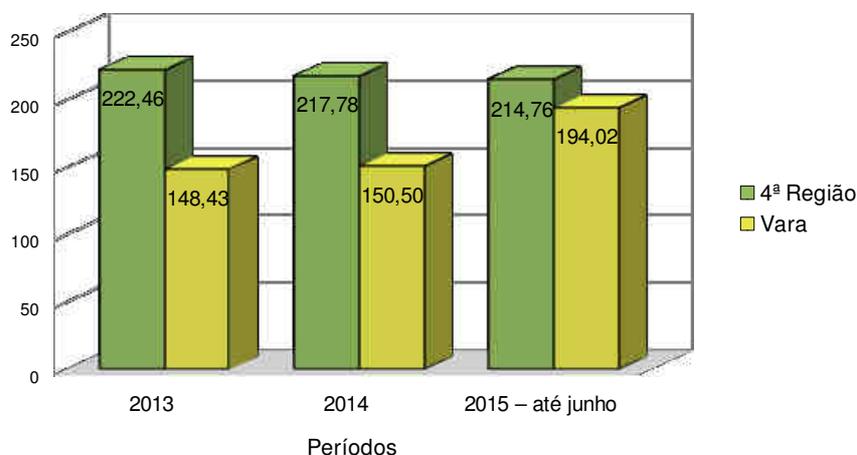
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 107,50 dias, o que equivale a uma elevação de 36,07% em relação à média do ano anterior. Ademais, de janeiro a junho de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 134 dias, período 24,65% maior que em 2014.

Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 152,18 dias em 2014, média 2,04% menor que a de 2013. De outra forma, no primeiro semestre de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário avançou para 196,18 dias, que equivale a um aumento de 28,91%.

Apesar do aumento médio do prazo, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 44,70% (67,28 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 9,66% (20,74 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



### Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	514,01	458,92	-10,72%	644,84	40,51%
	Ente público	1.797,26	3.398,25	89,08%	2.078,69	-38,83%
	<b>Total</b>	<b>587,61</b>	<b>696,44</b>	<b>18,52%</b>	<b>854,28</b>	<b>22,66%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

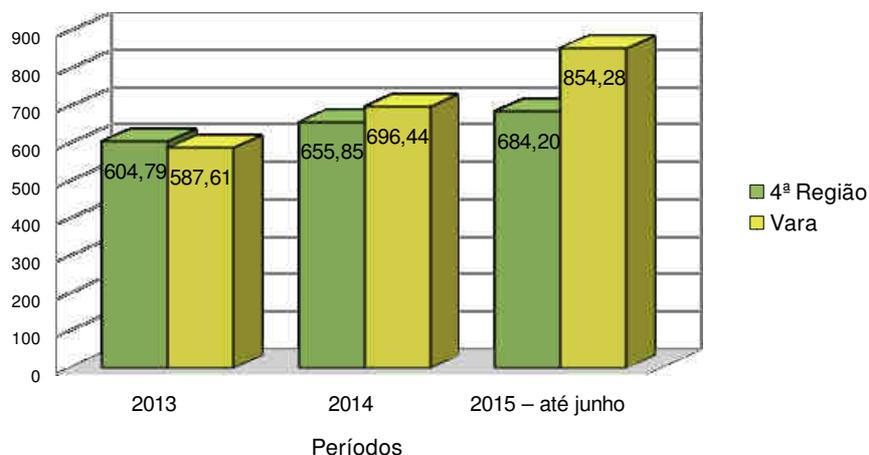
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 514,01 dias, em 2013, para 458,92 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a junho), no entanto, a média aumentou para 644,84 dias, prazo 40,51% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 1.797,26 dias, em 2013, para 3.398,25 dias, em 2014. Todavia, nos primeiros seis meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 2.078,69 dias, que equivale a uma redução 38,83% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 6,19% (40,59 dias) mais moroso que a média da 4ª Região, desempenho que piorou nesses seis primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 24,86% (170,08 dias) maior que a média regional.



**Prazo médio total - fase de execução**



**5 METAS**

**5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014**

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.223	1.223	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>



**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.252	1.252	100,00%	Meta cumprida

**5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.595	1.480	92,79%	Meta não cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
17	17	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
398	393	98,74%	Meta cumprida

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3.130
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	421
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	503
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	459
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	490
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	475
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	756
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	58
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	21
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
8,65%	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
Não avaliado*	Não avaliado*

\*Na jurisdição de Porto Alegre, a 18ª Vara do Trabalho possui competência funcional em feitos em que a Fazenda Pública figura como parte.

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

### 5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2015	Solucionados até 30.06.2015	%	Resultado parcial (até junho)
841	841	100,00%	Indicativo de cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 30.06.2015	%	Resultado
1.169	1.098	93,93%	Meta já cumprida

**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.06)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até junho)
257	263	102,33%	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até junho)
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.06.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até junho)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	44	48	43	<b>Resultado indicativo de não cumprimento da meta</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	38	34	37	<b>Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta</b>
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	37	13	36	<b>Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta</b>
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	8	3	7	<b>Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta</b>
5º	União	12	19	11	<b>Resultado indicativo de não cumprimento da meta</b>



6º	OI S.A.	27	16	26	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	13	8	12	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	15	19	14	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
9º	Banco do Brasil S.A.	11	14	10	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	31	17	30	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.06)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até junho)
228,17	293,03	356,34	290,10	Indicativo de não cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.06)	Meta para 2015	Resultado parcial (até junho)
<b>Total de acordos</b>	629	599	614,00	337	621	Média parcial indicativa de cumprimento da meta
<b>Média mensal de acordos</b>	52,42	49,92	51,17	56,17	51,75	



## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	11 (I) 1 (U) 3 (P)	-	11 (I) 1 (U) 3 (P)	-
<b>Tarde</b>	-	5 (P)	-	5 (P)	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 06.8.2015)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	11 (I) 1 (U) 3 (P)	-	11 (I) 1 (U) 3 (P)	-	-
<b>Tarde</b>	1 (U) 4 (P)	-	1 (U) 4 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 06.8.2015)

Legenda:

*I – Audiências iniciais de rito ordinário*

*U – Audiências unas de rito sumaríssimo*

*P – Audiências de prosseguimento*

*CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*

*E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

### **6.2 PAUTAS LIVRES**

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	03.9.2015	18.9.2015	08.9.2015	15.9.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	10.9.2015	23.9.2015	17.9.2015	28.9.2015
<b>Instrução</b>	31.3.2016	06.4.2016	16.2.2016	04.4.2016
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 06.8.2015)



### 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	66,03	70,40	6,61%	64,91	-7,81%
	<b>Ordinário</b>	100,37	87,76	-12,56%	68,00	-22,52%
	<b>Total</b>	<b>96,07</b>	<b>86,11</b>	<b>-10,37%</b>	<b>67,69</b>	<b>-21,39%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 66,03 dias, em 2013, para 70,40 dias, em 2014 (elevação de 6,61%). Todavia, no primeiro semestre de 2015, o lapso de tramitação recuou para 64,91 dias, que equivale a uma redução de 7,81% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 100,37 dias, em 2013, para 87,76 dias, em 2014 (queda de 12,56%), e nova redução para 68 dias, em 2015 (redução de 22,52%)

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2014				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>	455	300	37	10	<b>802</b>
<b>Alessandra Casaril</b>	27	21	4	1	<b>53</b>
<b>Aline Doral Stefani Fagundes</b>	106	105	11	2	<b>224</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	10	6	0	0	<b>16</b>
<b>Marcia Padula Mucenic</b>	117	116	14	1	<b>248</b>
<b>Patrícia Zeilmann Costa</b>	32	28	4	0	<b>64</b>
<b>Rosemarie Teixeira Siegmann</b>	110	100	11	0	<b>221</b>
<b>Vinícius Daniel Petry</b>	605	336	72	23	<b>1.036</b>
<b>Total</b>	1.462	1.012	153	37	<b>2.664</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2015 (até 30.06)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>	339	200	38	37	<b>614</b>
<b>Vinicius Daniel Petry</b>	335	171	47	6	<b>559</b>
<b>Juiz não Informado</b>	2	0	0	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>676</b>	<b>371</b>	<b>85</b>	<b>43</b>	<b>1.175</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2014				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Com exame de mérito					
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
<b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>	213	60	2	275	61	<b>336</b>
<b>Alessandra Casaril</b>	9	13	0	22	6	<b>28</b>
<b>Aline Doral Stefani Fagundes</b>	58	116	2	176	19	<b>195</b>
<b>Carolina Hostyn Gralha Beck</b>	-	3	0	3	-	<b>3</b>
<b>Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo</b>	-	11	0	11	-	<b>11</b>
<b>Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo</b>	-	21	2	23	1	<b>24</b>
<b>Deise Anne Herold</b>	-	10	0	10	-	<b>10</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	1	7	0	8	2	<b>10</b>
<b>Gustavo Pusch</b>	-	12	0	12	1	<b>13</b>
<b>Luciana Kruse</b>	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>Marcia Padula Mucenic</b>	50	94	0	144	16	<b>160</b>
<b>Patricia Zeilmann Costa</b>	19	18	0	37	6	<b>43</b>
<b>Rosemarie Teixeira Siegmann</b>	26	79	1	106	18	<b>124</b>
<b>Sheila Spode</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Átila da Rold Roesler</b>	-	31	0	31	2	<b>33</b>
<b>Vinicius Daniel Petry</b>	223	135	1	359	128	<b>487</b>
<b>Total</b>	<b>599</b>	<b>613</b>	<b>8</b>	<b>1.220</b>	<b>260</b>	<b>1.480</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2015 (até 30.06)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>	197	179	2	378	61	<b>439</b>
<b>Aline Doral Stefani Fagundes</b>	-	7	0	7	-	<b>7</b>
<b>Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo</b>	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>Deise Anne Herold</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Marcelo Bergmann Hentschke</b>	-	0	0	0	9	<b>9</b>
<b>Marcia Padula Mucenic</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Milena Ody</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Vinícius Daniel Petry</b>	139	143	10	292	88	<b>380</b>
<b>(Juiz Não Informado)</b>	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>337</b>	<b>334</b>	<b>12</b>	<b>683</b>	<b>158</b>	<b>841</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.07.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular <b>Alcides Otto Flinkerbusch</b>		
<b>0021633-37.2014.5.04.0003</b> (Mais antigo. Concluído em 25.02.2015)	0020403-57.2014.5.04.0003	0020425-18.2014.5.04.0003
0020426-03.2014.5.04.0003	0020576-81.2014.5.04.0003	0020571-59.2014.5.04.0003
0020260-05.2013.5.04.0003	0020331-70.2014.5.04.0003	0020698-94.2014.5.04.0003
0021561-50.2014.5.04.0003	0001441-54.2012.5.04.0003	0020285-81.2014.5.04.0003
0020506-64.2014.5.04.0003	0021752-95.2014.5.04.0003	0020347-58.2013.5.04.0003
0020939-68.2014.5.04.0003	0020000-25.2013.5.04.0003	0020608-86.2014.5.04.0003
0020612-26.2014.5.04.0003	0020515-26.2014.5.04.0003	0020657-30.2014.5.04.0003
0021661-05.2014.5.04.0003	0020659-97.2014.5.04.0003	0020849-60.2014.5.04.0003
0001327-18.2012.5.04.0003	0020524-85.2014.5.04.0003	0020637-39.2014.5.04.0003
0020615-78.2014.5.04.0003	0020775-06.2014.5.04.0003	0020535-17.2014.5.04.0003
0001359-86.2013.5.04.0003	0020348-09.2014.5.04.0003	0020704-04.2014.5.04.0003
0000223-54.2013.5.04.0003	0000694-70.2013.5.04.0003	0021383-04.2014.5.04.0003
0021646-36.2014.5.04.0003	0000922-16.2011.5.04.0003	0001081-22.2012.5.04.0003
0020124-37.2015.5.04.0003	0020294-43.2014.5.04.0003	0021557-13.2014.5.04.0003
0021366-56.2014.5.04.0006	0020178-03.2015.5.04.0003	0021330-23.2014.5.04.0003
0020231-81.2015.5.04.0003	0021460-13.2014.5.04.0003	0020208-38.2015.5.04.0003
0020220-52.2015.5.04.0003	0020267-26.2015.5.04.0003	0021686-18.2014.5.04.0003
0020579-36.2014.5.04.0003	0021413-39.2014.5.04.0003	0021551-06.2014.5.04.0003
0020495-98.2015.5.04.0003	0021461-95.2014.5.04.0003	0020042-06.2015.5.04.0003



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020598-42.2014.5.04.0003	0021666-27.2014.5.04.0003	0021660-20.2014.5.04.0003
0000871-68.2012.5.04.0003	0020238-73.2015.5.04.0003	0020623-55.2014.5.04.0003
0020852-15.2014.5.04.0003	0020359-38.2014.5.04.0003	0000867-31.2012.5.04.0003
0021650-73.2014.5.04.0003	0020639-09.2014.5.04.0003	0020688-50.2014.5.04.0003
0020806-26.2014.5.04.0003	0021007-18.2014.5.04.0003	0020590-65.2014.5.04.0003
0020664-22.2014.5.04.0003	0020863-44.2014.5.04.0003	0001082-07.2012.5.04.0003
0020100-77.2013.5.04.0003	0020738-76.2014.5.04.0003	0020113-76.2013.5.04.0003
0020216-15.2015.5.04.0003	0020689-35.2014.5.04.0003	0020747-38.2014.5.04.0003
0020727-47.2014.5.04.0003	0020737-91.2014.5.04.0003	0020129-59.2015.5.04.0003
0020246-51.2014.5.04.0014	0020438-17.2014.5.04.0003	0020630-47.2014.5.04.0003
0020693-72.2014.5.04.0003	0020740-46.2014.5.04.0003	0021044-45.2014.5.04.0003
0021727-82.2014.5.04.0003	0020705-86.2014.5.04.0003	0021035-83.2014.5.04.0003
0020211-27.2014.5.04.0003	0020516-11.2014.5.04.0003	0021024-54.2014.5.04.0003
0021030-61.2014.5.04.0003	0020536-65.2015.5.04.0003	0000112-07.2012.5.04.0003
0021484-41.2014.5.04.0003	0020325-63.2014.5.04.0003	0020703-19.2014.5.04.0003
0020752-60.2014.5.04.0003	0020780-28.2014.5.04.0003	0020785-50.2014.5.04.0003
0001327-81.2013.5.04.0003	0020434-43.2015.5.04.0003	0020363-41.2015.5.04.0003
0021266-13.2014.5.04.0003	0020725-77.2014.5.04.0003	0021062-66.2014.5.04.0003
0021712-16.2014.5.04.0003	0020683-28.2014.5.04.0003	0020464-78.2015.5.04.0003
0020646-98.2014.5.04.0003	0020890-27.2014.5.04.0003	-
<b>Total: 78 processos</b>		

**Juiz Substituto lotado Vinícius Daniel Petry**

<b>0020610-56.2014.5.04.0003</b> (Mais antigo. Concluso em 05.03.2015)	0020778-58.2014.5.04.0003	0020798-49.2014.5.04.0003
0020842-68.2014.5.04.0003	0021632-52.2014.5.04.0003	0020669-44.2014.5.04.0003
0021677-56.2014.5.04.0003	0000327-46.2013.5.04.0003	0020599-27.2014.5.04.0003
0020634-84.2014.5.04.0003	0020671-14.2014.5.04.0003	0020685-95.2014.5.04.0003
0021638-59.2014.5.04.0003	0020578-51.2014.5.04.0003	0020082-56.2013.5.04.0003
0020726-62.2014.5.04.0003	0020741-31.2014.5.04.0003	0001322-59.2013.5.04.0003
0020329-03.2014.5.04.0003	0020465-97.2014.5.04.0003	0020829-69.2014.5.04.0003
0020023-34.2014.5.04.0003	0020776-88.2014.5.04.0003	0021251-44.2014.5.04.0003
0020850-45.2014.5.04.0003	0021568-42.2014.5.04.0003	0000816-20.2012.5.04.0003
0020907-63.2014.5.04.0003	0020977-80.2014.5.04.0003	0021009-85.2014.5.04.0003
0020900-71.2014.5.04.0003	0020268-79.2013.5.04.0003	0020031-11.2014.5.04.0003
0021707-91.2014.5.04.0003	0020140-88.2015.5.04.0003	0020250-95.2013.5.04.0023
0020175-16.2014.5.04.0025	0020461-82.2014.5.04.0028	0020943-08.2014.5.04.0003
0020344-06.2013.5.04.0003	0020218-82.2015.5.04.0003	0020883-35.2014.5.04.0003



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020889-42.2014.5.04.0003	0021223-76.2014.5.04.0003	0020099-24.2015.5.04.0003
0020209-23.2015.5.04.0003	0020320-75.2013.5.04.0003	0021338-97.2014.5.04.0003
0020944-90.2014.5.04.0003	0021159-66.2014.5.04.0003	0020788-05.2014.5.04.0003
0000907-76.2013.5.04.0003	0021583-11.2014.5.04.0003	0020171-11.2015.5.04.0003
0020561-15.2014.5.04.0003	0020848-75.2014.5.04.0003	0021503-47.2014.5.04.0003
0020233-51.2015.5.04.0003	0020428-36.2015.5.04.0003	0020363-75.2014.5.04.0003
0020365-45.2014.5.04.0003	0020969-06.2014.5.04.0003	0021183-94.2014.5.04.0003
0020543-57.2015.5.04.0003	0020766-44.2014.5.04.0003	0020405-27.2014.5.04.0003
0021439-37.2014.5.04.0003	0020579-02.2015.5.04.0003	0021054-89.2014.5.04.0003
0021097-26.2014.5.04.0003	0021104-18.2014.5.04.0003	0021037-53.2014.5.04.0003
0020157-27.2015.5.04.0003	0020267-60.2014.5.04.0003	0020374-35.2014.5.04.0026
0020803-71.2014.5.04.0003	0020815-85.2014.5.04.0003	0020922-32.2014.5.04.0003
0021342-37.2014.5.04.0003	0020443-05.2015.5.04.0003	0021332-90.2014.5.04.0003
0021067-88.2014.5.04.0003	0021110-25.2014.5.04.0003	-
<b>Total: 83 processos</b>		

Juíza substituta <b>Deise Anne Herold</b>		
9061400-32.1991.5.04.0003	-	-
<b>Total: 1 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 31.07.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 23.07.2015. 50 dias anteriores à data da correção: 17.06.2015)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Relativamente às notificações a tarefa é executada em 48 horas e os ofícios são expedidos em 03 dias, a contar da determinação.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Cumprimento da tarefa em 48 horas.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Cumprimento da tarefa em 48 horas.

### **7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES**

As petições são juntadas nas 24 horas seguintes à protocolização.



## 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Cumprimento da tarefa em 48 horas.

## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo, antes da greve iniciada em 09.6.2015, estava em 30 dias.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.

## 7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada uma vez por mês.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0134000-87.2003.5.04.0003*	<b>03.02.2015</b>	5 meses e 20 dias
2	0001155-76.2012.5.04.0003*	<b>05.02.2015</b>	5 meses e 18 dias
3	0025000-79.2008.5.04.0003*	<b>31.03.2015</b>	3 meses e 22 dias
4	0114800-55.2007.5.04.0003*	<b>10.04.2015</b>	3 meses e 13 dias
5	0082500-16.2002.5.04.0003	<b>07.05.2015</b>	2 meses e 16 dias
6	0046200-11.2009.5.04.0003	<b>08.05.2015</b>	2 meses e 15 dias
7	0086000-46.2009.5.04.0003	<b>13.05.2015</b>	2 meses e 10 dias
8	0001116-79.2012.5.04.0003**	<b>25.05.2015</b>	1 mês e 28 dias
9	0000908-32.2011.5.04.0003	<b>28.05.2015</b>	1 mês e 25 dias
10	0073901-49.2006.5.04.0003	<b>29.05.2015</b>	1 mês e 24 dias
11	0135500-52.2007.5.04.0003	<b>30.05.2015</b>	1 mês e 23 dias
12	0000062-15.2011.5.04.0003	<b>03.06.2015</b>	1 mês e 20 dias
13	0011000-02.1993.5.04.0003	<b>05.06.2015</b>	1 mês e 18 dias
14	0000362-06.2011.5.04.0252	<b>05.06.2015</b>	1 mês e 18 dias
15	0000691-23.2010.5.04.0003***	<b>05.06.2015</b>	1 mês e 18 dias
16	0001303-58.2010.5.04.0003	<b>05.06.2015</b>	1 mês e 18 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

17	0117000-64.2009.5.04.0003	08.06.2015	1 mês e 15 dias
18	0001058-13.2011.5.04.0003	08.06.2015	1 mês e 15 dias
19	0106800-66.2007.5.04.0003	08.06.2015	1 mês e 15 dias
20	0121000-10.2009.5.04.0003	10.06.2015	1 mês e 13 dias
21	0134900-94.2008.5.04.0003	15.06.2015	1 mês e 8 dias
22	0135800-77.2008.5.04.0003	15.06.2015	1 mês e 8 dias
23	0000578-35.2011.5.04.0003	17.06.2015	1 mês e 6 dias
24	0001155-13.2011.5.04.0003	18.06.2015	1 mês e 5 dias
25	0001470-07.2012.5.04.0003	19.06.2015	1 mês e 4 dias
26	0000868-50.2011.5.04.0003***	22.06.2015	1 mês e 1 dia
27	0000956-88.2011.5.04.0003***	22.06.2015	1 mês e 1 dia
28	0000508-81.2012.5.04.0003	01.07.2015	22 dias
29	0000207-71.2011.5.04.0003***	08.07.2015	15 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.07.2015)

\* Foi expedida notificação para devolução dos autos.

\*\* Despacho proferido sem, no entanto, constar baixa da carga.

\*\*\* Protocolada petição, ainda não apreciada, solicitando dilação de prazo.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000848-25.2012.5.04.0003*	06.04.2015	3 meses e 17 dias
2	0000630-65.2010.5.04.0003	20.04.2015	3 meses e 3 dias
3	0000842-18.2012.5.04.0003	18.05.2015	2 meses e 5 dias
4	0062700-89.2008.5.04.0003*	26.06.2015	27 dias
5	0000169-25.2012.5.04.0003	03.07.2015	20 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.07.2015)

\* Protocolada petição, ainda não apreciada, solicitando dilação de prazo.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	003-00185/15	0000388-72.2011.5.04.0003	29.06.2015	24 dias
2	003-00190/15	0128300-91.2007.5.04.0003	29.06.2015	24 dias
3	003-00192/15	0008200-10.2007.5.04.0003	29.06.2015	24 dias
4	003-00194/15	0000487-42.2011.5.04.0003	29.06.2015	24 dias
5	003-00195/15	0009900-21.2007.5.04.0003	29.06.2015	24 dias
6	003-00196/15	0000458-55.2012.5.04.0003	06.07.2015	17 dias
7	003-00184/15	0118400-84.2007.5.04.0003	07.07.2015	16 dias



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.07.2015)

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.07.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **1.070 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### **8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

1	<b>0001081-85.2013.5.04.0003</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 240 com espaços em branco; não foi lavrado termo para juntada da petição das fls. 276-277; termo de juntada no verso da fl. 278 com espaços em branco; certidão no verso da fl. 338 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 341; termo de juntada no verso da fl. 341 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 406 e no verso da fl. 428; não foi certificado nos autos a renumeração a carimbo das fls. 460-466. <b>Movimentação processual:</b> o recurso ordinário das fls. 428-444 foi apreciado 17 dias após a juntada (despacho fl. 445); contrarrazões das fls. 460-466, carimbo, juntado 12 dias após a protocolização.	
2	<b>0000357-81.2013.5.04.0003</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 88 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 121. <b>Movimentação processual:</b> o recurso ordinário das fls. 89-95 foi protocolizado em 11.7.2014 e a análise dos pressupostos foi efetuada em prazo superior a 60 dias; as contrarrazões das fls. 98-99 foram juntadas em 03.11.2014 e os autos foram remetidos ao TRT 17 dias após (fl. 101); cumprimento do despacho da fl. 177 em 13 dias; o prazo da notificação da fl. 139 expirou em 22.6.2015.	
3	<b>0000732-82.2013.5.04.0003</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 86 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 124; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 142; termo de juntada no verso da fl. 158 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> conforme registro nos andamentos do Infor, o prazo do edital da fl. 106 expirou em 10.6.2014 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 01.8.2014 (prazo superior a 30 dias); a petição das fls. 154, protocolizada em 19.3.2015, foi apreciada em 30.3.2015 (11 dias após); a petição da fl. 160, protocolizada em 05.6.2015 não foi apreciada até o envio dos autos à Corregedoria, em 03.7.2015.	
4	<b>0000930-90.2011.5.04.0003</b>
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> ausência de identificação do servidor que lavrou a certidão de renumeração no verso da fl. 363; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 367. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	



5

0000013-37.2012.5.04.0003

**Aspectos gerais dos autos\*:** termo de juntada no verso da fl. 427 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da entrega e quando da devolução dos autos à fl. 456. **Movimentação processual:** cumprimento do despacho da fl. 443 em 30 dias; os autos foram devolvidos em 10.12.2014 com a manifestação das fls. 457-458 que foi apreciada 120 dias após (despacho da fl. 460, proferido em 04.5.2015); o prazo das notificações das fls. 463-464 expirou em 15.6.2015 e, até o envio dos autos à Corregedoria, em 03.7.2015 não houve impulso processual.

6

0001442-39.2012.5.04.0003

**Aspectos gerais dos autos\*:** termos de juntada no verso da fl. 115, no verso da fl. 119 e verso da fl. 125 com espaços em branco. **Movimentação processual:** petição e documentos das fls. 134-137 apreciados em 21 dias (despacho da fl. 138); o prazo da notificação da fl. 140 expirou em 02.6.2015, conforme registro de andamentos do Infor e até o envio dos autos à Corregedoria, em 03.7.2015, não houve impulso processual.

7

0001316-86.2012.5.04.0003

**Aspectos gerais dos autos\*:** termos de juntada no verso da fl. 215 e verso da fl. 216 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 221; termos de juntada no verso da fl. 221 e verso da fl. 224 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 238; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 239; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 243; termo de juntada no verso da fl. 243 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 254; termo de juntada no verso da fl. 254 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 259, à fl. 264, à fl. 272 e à fl. 278. **Movimentação processual:** manifestação das fls. 244-251 apreciada em prazo superior a 30 dias (despacho da fl. 252); petição da fl. 261 apreciada em 10 dias (despacho da fl. 262); petição das fls. 265-269 apreciada em 10 dias (despacho da fl. 270); petição das fls. 273-275 apreciada em 16 dias (despacho da fl. 276); o requerimento da fl. 279, protocolizado em 26.5.2015, não foi apreciado até o envio dos autos à Corregedoria, em 03.7.2015.

8

0122200-52.2009.5.04.0003

**Aspectos gerais dos autos:** ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 542; termos de juntada no verso da fl. 542 e verso da fl. 545 com espaços em branco. **Movimentação processual:** cumprimento do despacho da fl. 539 em 19 dias (notificações das fls. 540-541); a petição das fls. 548-549, protocolizada em 10.6.2015, não foi apreciada até o envio dos autos à Corregedoria, em 03.7.2015.

9

0000054-04.2012.5.04.0003

**Aspectos gerais dos autos\*:** certidão no verso da fl. 270 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 272; termo de juntada no verso da fl. 273 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da entrega dos autos e quando da devolução à fl. 285; certidões no verso da fl. 285 e verso da fl. 288 com espaços em branco, assim como o termo de juntada no verso da fl. 292. **Movimentação processual:** o prazo das notificações das fls. 269-270 expirou em 14.4.2014, conforme registro de andamentos do Infor e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em prazo superior a 30 dias (certidão da fl. 270/verso de 02.6.2014); o prazo das notificações das fls. 283-284 expirou em 22.8.2014 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 01.10.2014 (certidão da fl. 285/verso); cumprimento do despacho da fl. 303 em 15 dias (fls. 304-305); o prazo da notificação da fl. 305 expirou em 22.4.2015 e o impulso processual ocorreu em 27.5.2015 (prazo superior a 30 dias); até o envio dos autos à Corregedoria (em



03.7.2015) não foi cumprido o despacho da fl. 301.

10

0000507-33.2011.5.04.0003

**Aspectos gerais dos autos\*:** ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 172; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 175; ausência de identificação do servidor quando da entrega dos autos e quando da devolução à fl. 233; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 234; certidão no verso da fl. 245 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 250. **Movimentação processual:** o prazo das notificações das fls. 169-170 expirou em 19.2.2014 e o impulso processual ocorreu em 21.3.2014, com a notificação da perita contábil (fl. 171); da juntada da procuração das fls. 253-254 ao despacho da fl. 255 decorreram 18 dias sem movimentação processual; a petição e documentos das fls. 258-263, protocolizados em 16.6.2015, estão pendentes de apreciação.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo	0000692-03.2013.5.04.0003
	0000662-02.2012.5.04.0003
	0000299-83.2010.5.04.0003
Autos aguardando arquivamento	0134100-57.1994.5.04.0003
	0000473-58.2011.5.04.0003
	0020700-40.2009.5.04.0003
Aguardando notificação	0000007-25.2015.5.04.0003
	0000915-24.2011.5.04.0003
	0001291-73.2012.5.04.0003
Extinção da execução com data retroativa ou não registrada extinção determinada	0001592-20.2012.5.04.0003
	0001418-79.2010.5.04.0003
	0019800-33.2004.5.04.0003
Demora no impulso processual	0001071-75.2012.5.04.0003
	0001439-84.2012.5.04.0003
	0126500-19.1993.5.04.0003
Processo julgado pelo TRT/TST sem andamento	0000662-65.2013.5.04.0003
	0001336-43.2013.5.04.0003
	0000641-26.2012.5.04.0003



<b>Processo aguardando remessa a outro órgão</b>	0001033-97.2011.5.04.0003
	0000678-53.2012.5.04.0003
	0000044-23.2013.5.04.0003
<b>CP aguardando devolução à origem</b>	0001328-66.2013.5.04.0003
	0001342-50.2013.5.04.0003
	0001138-06.2013.5.04.0003
<b>Aguardando emissão de alvarás</b>	0091100-16.2008.5.04.0003
	0099600-37.2009.5.04.0003
	0014900-65.2008.5.04.0003
<b>Processo desarquivado sem andamento</b>	0049400-60.2008.5.04.0003
	0137200-15.1997.5.04.0003
	0051400-04.2006.5.04.0003
<b>Registros desatualizados</b>	0134900-60.2009.5.04.0003
	0000066-81.2013.5.04.0003
	0001259-68.2012.5.04.0003

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada em todas as fases, excetuados os que aguardam cumprimento de acordo e andamento de outros processos.

Verificou-se, portanto, significativa quantidade de processos que aguardam expedição de alvarás de principal ou levantamento de depósitos recursais, mandados de citação e penhora, ofícios, remessa ao TRT ou outros Juízos, apreciação de petições e, ainda, arquivamento, inclusive já constando no sistema InFOR a correspondente extinção da execução. Tal situação prejudica o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase.

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.



## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 23.09.2013. Para efeitos Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 27.7.2015 e 31.7.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Assistente de Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	05	04 processos	05.8.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	-	-	06.8.2015
C/petições não apreciadas	-	41	20107.2013	22.7.2015
c/habilitações não lidas	-	31	20452.2014	23.6.2015
Mandados devolvidos OJ	-	01	-	06.8.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento prov	Por prazo (quinzenal) e assunto	109	51 processos - subpasta '1ª quinzena de agosto' 02 processos - subpasta 'Bacen' 04 processos - subpasta 'Designar audiência' 26 processos na subpasta 'Expedir RHP'	06.8.2015
Aguardando cumprimento exec.	Por prazo (quinzenal) e assunto	61	20372.2014 - subpasta '1ª quinzena julho' 02 processos - subpasta 'Aut.Jud' 20 processos - subpasta	06.8.2015



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

			'Exec.Bacen' 05 processos – subpasta 'Infojud' 13 processos – subpasta 'Lançar conta' 13 processos – subpasta 'Renajud'	
Aguardando cumprimento liq.	Prazo e assunto	05	02 processos na subpasta '1ª quinzena agosto'	06.8.2015
Aguardando ciência	-	88	20029.41.2014	04.8.2014
Aguardando ciência decisão-ConPra	-	-	-	06.8.2015
Aguardando término dos prazos	-	227	20223.41.2014	25.7.2014
Apreciar urgentes	-	-	-	06.8.2015
Controle sobrestamento- suspensão	-	10	-	06.8.2015
Prazos vencidos	-	05	20064.2013	01.8.2015
Recebimento inst.superior	-	07	20772.51.2014	09.7.2015
Remeter 2º Grau	-	04	20903.26.2014	15.6.2015
Trânsito em Julgado	-	03	21543.29.2014	06.7.2015
Triagem inicial	-	72	03 processos na subpasta J2	20.7.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Conforme relato do Assistente de Diretor de Secretaria e do Secretário de Audiências, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT). A anormalidade constatada na data da inspeção, com processos distribuídos em 20.7.2015 ainda sem data de audiência inicial designada, deve-se às férias alternadas dos Secretários Audiências neste período (na data da visita correcional o Secretário Vilmar havia retornado de férias e a Secretária Bruna havia iniciado seu período de férias). Tal fato leva o Secretário de Audiência que não está em férias a atuar em todos os turnos em que houver audiências designadas, prejudicando, assim, a tarefa de conferência das iniciais e designação de audiência.

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Assistente de Diretor de Secretaria, com quem foi efetuada a conferência da movimentação processual no PJe na data da visita correcional, sobre a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.



## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O ano de 2014 foi marcado por uma sensível majoração no acervo de processos na 3ª Vara de Porto Alegre, sendo a fase de conhecimento a maior responsável por esse acréscimo, ainda que todas as fases tenham se avolumado; em 2015, a tendência de elevação continua, sendo possível concluir que o aumento de casos novos superará o do ano anterior. Quanto aos prazos médios de tramitação processual, a fase de liquidação destaca-se por manter-se consideravelmente abaixo da média regional desde 2013; em contrapartida, as tramitações nas fases de conhecimento e execução apresentam tendência de elevação e seguem acima das médias regionais. A propósito, e considerando que entre os prazos maiores estão os da execução contra entes públicos, foi ponderado com os gestores da unidade a possibilidade de inserir-se o andamento processual de encerramento da execução naquelas demandas em que já tenham sido expedidos precatórios.

A respeito dos lapsos constatados ao proceder-se ao exame dos processos físicos, especialmente quanto ao tempo transcorrido para certificação do prazo, impulso processual e protocolo, o Diretor de Secretaria relatou que a unidade sofreu a repercussão de certa oscilação no seu quadro de pessoal durante o último ano. Além disso, esclareceu que tem procurado realizar a adaptação de toda a equipe ao sistema de trabalho “por carteira” – essa adaptação e aprendizado por parte dos servidores repercutiu em parte sobre a celeridade do trabalho. Entende-se tratar-se de situação pontual a ser corrigida e superada com desenvolvimento do trabalho proposto.

Os Juízes Titular Alcides Otto Flinkerbush e Substituto Vinícius Daniel Petry estiverem presentes e mostraram-se comprometidas com a jurisdição e com a gestão da unidade. O Juiz Titular Alcides Otto Flinkerbush demonstrou à Corregedora elogiável senso de organização para a prolação de suas sentenças assim como controle dos processos conclusos para decisão, além de excelente percentual de produtividade.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que se manifestassem; não tendo havido interesse nesse sentido, parabenizou a todos pelo trabalho e exortou a equipe a continuar na busca de melhores condições e resultados para unidade.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no



mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

### **13 DETERMINAÇÕES**

#### **ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0013700-86.2009.5.04.0003, nº 0024900-66.2004.5.04.0003, nº 0003900-68.2008.5.04.0003 e nº 0045600-92.2006.5.04.0003, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) o mesmo procedimento da alínea “b” deve ser aplicado ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. nos processos nº 0126500-96.2005.5.04.0003 e 0014200-89.2008.5.04.0003;
- d) justifique a não exclusão dos dados das empresas solidárias/subsidiárias do BNDT nos autos dos processos nº 0110000-09.1992.5.04.0003, nº 0000356-04.2010.5.04.0003 e nº 0007000-94.2009.5.04.0003, mormente em face do registro da quitação do débito e do arquivamento definitivo dos autos. Em se tratando de equívoco, determina-se a adoção do mesmo procedimento da alínea “b” em relação às reclamadas;
- e) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

#### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e ao não acolhimento dos embargos de declaração apresentados pela reclamada no processo nº 0122300-95.1995.5.04.0003;
- b) verifique se a petição protocolada pelo reclamante em 21.03.2014 no processo nº 0000107-82.2012.5.04.0003 realmente se trata de impugnação à sentença de liquidação, mormente quando sequer havia homologação de cálculos naquele momento; equivocado o lançamento, este deverá ser excluído e substituído por outro que melhor se ajuste à situação processual; caso positivo, deverão os autos irem conclusos ao juiz para julgamento no do incidente no menor prazo possível. O mesmo procedimento deverá ser observado em relação à petição protocolada pela reclamada em 18.07.2013 no processo nº 0001495-54.2011.5.04.0003;



- c) inicialmente, considerando a existência de apenas uma reclamada no polo passivo do processo nº 0102900-12.2006.5.04.0003, verifique se os dois lançamentos de embargos à execução não se referem a mesma peça, ou se não se tratam de duas peças com mesmo teor; nesse caso, um dos lançamentos deverá ser excluído do sistema informatizado. Além disso, em face do teor da decisão proferida em 24.09.2012, deverão ser excluídos os andamentos de conclusão e de decisão de embargos à arrematação e substituídos por andamentos de conclusão e decisão de embargos à execução.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO**

Determina-se que os Juízes Titular **Alcides Otto Flinkerbusch** e Substituto lotado **Vinicius Daniel Petry** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifique-se a Juíza Substituta **Deise Anne Herold** acerca do processo nº 9061400-32.1991.5.04.0003, concluso há mais de 50 dias, para que profira a sentença com a maior brevidade possível.

#### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

#### **ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

#### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;



- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- e) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR, certificando a renumeração a carmim, quando for o caso;
- f) movimente os processos 0000357-81.2013.5.04.0003, 0000732-82.2013.5.04.0003, 0000013-37.2012.5.04.0003, 0001442-39.2012.5.04.0003, 0001316-86.2012.5.04.0003, 0122200-52.2009.5.04.0003, 0000054-04.2012.5.04.0003 e 0000507-33.2011.5.04.0003, analisados no item 8.1.

## 8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.070 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0000692-03.2013.5.04.0003; nº 0000662-02.2012.5.04.0003, nº 0000299-83.2010.5.04.0003);
- b) archive os processos (nº 0134100-57.1994.5.04.0003; nº 0000473-58.2011.5.04.0003, nº 0020700-40.2009.5.04.0003);
- c) expeça as notificações (nº 0000007-25.2015.5.04.0003; nº 0000915-24.2011.5.04.0003, nº 0001291-73.2012.5.04.0003);
- d) corrija as datas de lançamento da extinção da execução ou informe-a no sistema (nº 0001592-20.2012.5.04.0003; nº 0001418-79.2010.5.04.0003, nº 0019800-33.2004.5.04.0003);
- e) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0001071-75.2012.5.04.0003; nº 0001439-84.2012.5.04.0003, nº 0126500-19.1993.5.04.0003);



- f) devolva Cartas Precatórias ou dê andamento às devolvidas (nº 0001328-66.2013.5.04.0003; nº 0001342-50.2013.5.04.0003, nº 0001138-06.2013.5.04.0003);
- g) dê andamento a processos recebidos do TRT/TST (nº 0000662-65.2013.5.04.0003; nº 0001336-43.2013.5.04.0003, nº 0000641-26.2012.5.04.0003);
- h) efetue a remessa determinada nos autos (nº 0001033-97.2011.5.04.0003; nº 0000678-53.2012.5.04.0003, nº 0000044-23.2013.5.04.0003);
- i) expeça os alvarás (nº 0091100-16.2008.5.04.0003; nº 0099600-37.2009.5.04.0003, nº 0014900-65.2008.5.04.0003);
- j) diligencie para dar o devido andamento às execuções desarquivadas (nº 0049400-60.2008.5.04.0003; nº 0137200-15.1997.5.04.0003, nº 0051400-04.2006.5.04.0003),
- k) atualize os registros (nº 0134900-60.2009.5.04.0003; nº 0000066-81.2013.5.04.0003, nº 0001259-68.2012.5.04.0003).

### **ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

### **ITEM 9 - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe**

Determina-se que a unidade adote as medidas necessárias para que, na designação de audiências iniciais, seja observado o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria - brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT.

### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.

### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Alcides Otto Flinkerbusch, pelo Juiz Substituto Vinícius Daniel Petry, pelo Diretor de Secretaria Leandro Ribeiro Rucks e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck  
Corregedora Regional**